



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE RONDÔNIA

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo nº 9079610110000345.000017/2024-78

ASSUNTO: Aquisição de materiais gráficos e de distribuição gratuita (Crachá funcional, diploma, banners, blocos, canetas, pins, crachás para eventos e pastas)

ERRATA AO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR 17/2025

Senhor Presidente,

Onde se lê no Estudo Técnico Preliminar 17/2025:

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Recomenda-se a criação de dois grupos para os materiais a serem licitados.

9.2. Essa abordagem é justificada com base no art. 82 da Lei 14.133/2021, que estabelece: "§ 1º O critério de julgamento de menor preço por grupo de itens somente poderá ser adotado quando for demonstrada a inviabilidade de se promover a adjudicação por item e for evidenciada a sua vantagem técnica e econômica, e o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos deverá ser indicado no edital."

9.3. A contratação de diversos fornecedores para itens semelhantes poderia resultar em custos adicionais e maior tempo de gestão, além de impactar negativamente a economia de escala e a eficiência dos contratos.

9.4. A decisão de agrupar os itens em grupo justifica-se também pela necessidade de preservar a uniformidade e a padronização dos materiais gráficos, garantindo que aspectos essenciais, como cores, tamanhos e fontes, sejam mantidos de forma consistente. Quando os materiais são produzidos por diferentes fornecedores, há um risco significativo de variação nas especificações visuais, o que comprometeria a identidade visual e a qualidade dos materiais utilizados pelo CRCRO.

9.5. Assim, a aplicação do critério de agrupamento dos itens em grupos também está em conformidade com a SÚMULA TCU 247, que estabelece:

"É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja, tendo em vista o objetivo de prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades ;" (grifo nosso). autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade

9.6. Conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, art. 40, §1º, o parcelamento deve ser

considerado sempre que possível e vantajoso para a administração pública, com o objetivo de ampliar a competitividade e possibilitar a participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

9.7. A contratação será dividida em dois lotes, considerando a natureza distinta dos itens:

- Lote 1: Crachá, Fita Para Crachá E Porta Crachá Lote
- 2: Diploma, Bloco De Anotações, Caneta Esferográfica, Pin, Crachá De Papel, Pasta Personalizada, Banner

9.8. Considerando a responsabilidade técnica, o custo para a administração de vários contratos frente às vantagens de redução de custos, com divisão do objeto e itens, e o dever de buscar ampliação da competição e de evitar concentração de mercado.

9.9. A contratação será dividida em 2 (dois) lotes, tendo em vista que eventual divisão do objeto por item geraria perda de economia de escala e causaria inviabilidade técnica, pois geraria maior trabalho e fiscalização de múltiplos contratos.

Leia-se:

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Recomenda-se a criação de dois grupos para os materiais a serem licitados.

9.2. Essa abordagem é justificada com base no art. 82 da Lei 14.133/2021, que estabelece:

"§ 1º O critério de julgamento de menor preço por grupo de itens somente poderá ser adotado quando for demonstrada a inviabilidade de se promover a adjudicação por item e for evidenciada a sua vantagem técnica e econômica, e o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos deverá ser indicado no edital."

9.3. A contratação de diversos fornecedores para itens semelhantes poderia resultar em custos adicionais e maior tempo de gestão, além de impactar negativamente a economia de escala e a eficiência dos contratos.

9.4. A decisão de agrupar os itens em grupo justifica-se também pela necessidade de preservar a uniformidade e a padronização dos materiais gráficos, garantindo que aspectos essenciais, como cores, tamanhos e fontes, sejam mantidos de forma consistente. Quando os materiais são produzidos por diferentes fornecedores, há um risco significativo de variação nas especificações visuais, o que comprometeria a identidade visual e a qualidade dos materiais utilizados pelo CRCRO.

9.5. Assim, a aplicação do critério de agrupamento dos itens em grupos também está em conformidade com a SÚMULA TCU 247, que estabelece:

"É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades ;". autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade

9.6. Conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, art. 40, §1º, o parcelamento deve ser considerado sempre que possível e vantajoso para a administração pública, com o objetivo de ampliar a competitividade e possibilitar a participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

9.7. A contratação será agrupado em dois grupos, considerando a natureza dos itens e similaridade:

- Grupo 1: Crachá, Fita Para Crachá E Porta Crachá
- Grupo 2: Diploma, Bloco De Anotações, Caneta Esferográfica, Pin, Crachá De Papel, Pasta Personalizada, Banner

9.8. Considerando a responsabilidade técnica, o custo para a administração de vários

contratos frente às vantagens de redução de custos, com divisão do objeto e itens, e o dever de buscar ampliação da competição e de evitar concentração de mercado.

9.9. A contratação será realizada em 2 (dois) grupos, tendo em vista que eventual divisão do objeto por item geraria perda de economia de escala e causaria inviabilidade técnica, pois geraria maior trabalho e fiscalização de múltiplos contratos.

Porto Velho - RO, datado e assinado digitalmente.

GABRIELA GARCIA DA SILVA
Equipe de Planejamento

GABRIELE HOLTZ MACHADO
Equipe de Planejamento

ELIVANETE VICENTE INFANTE
Equipe de Planejamento



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Garcia da Silva, Encarregada**, em 24/07/2025, às 10:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gabriele Holtz Machado, Coordenadora**, em 25/07/2025, às 09:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elivanete Vicente Infante, Gerente**, em 25/07/2025, às 09:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.cfc.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0942034** e o código CRC **9238F727**.